

**Do *laissez-faire* ao *management*: a perda do ideal de classe-trabalhadora
diante da ascensão do modelo de chefia neoliberal**

*From laissez-faire to management: the loss of the working-class ideal
in the face of the rise of the neoliberal leadership model*

Leonardo de SOUZA MOURA¹

Resumo

O artigo propõe construir historicamente a figura do *manager* como símbolo das crises sociais e estéticas exigidas pela classe trabalhadora que ocorreram no século XX. Para isso, partimos da fundação da escola de pensamento econômico liberal e sua influência no desenvolvimento das nações europeias modernas até sua chegada nos modelos do capital contemporâneo, tendo Boltanski e Chiapello (2009) como principal contributo teórico. A demonstração da evolução do ambiente social, político e econômico da sociedade moderna tem como base Isleide Fontenelle (2017), Dardot e Laval (2016) e Wendy Brown (2021). Concluímos que a figura do *manager* é produto das inflexões do capital, fruto das crises sociais e políticas do último século. O *manager* tornou-se figura-emblema dos desejos do trabalhador na contemporaneidade, sintoma de uma classe disposta a abrir mão da representação coletiva a partir do momento em que entende que, por mérito próprio, pode ascender econômica e socialmente, algo útil ao empresariado e ao capital no contexto neoliberal.

Palavras-chave: Trabalho. Chefe. *Manager*. Classe profissional gerencial. Neoliberalismo.

Abstract

The article proposes to historically construct the figure of the manager as a symbol of the social and aesthetic crises demanded by the working class in the 20th century. For this, we start from the liberal economic school of thought and its influence on the development of European modern nations up to their current models of contemporary capital, with Boltanski & Chiapello (2009) as the main theoretical contribution. The demonstration of the evolution of the social, political, and economic environment of modern society is based on Isleide Fontenelle (2017), Dardot & Laval (2016), and Wendy Brown (2021). We conclude that the figure of the *manager* is a product of the inflections of capitalism, a result of the social and political crises of the last century. The *manager* has become an emblematic figure of the worker's desires in contemporary times, a symptom of a class willing to give up collective representation once one understands that, through its own merit, one can ascend economically and socially, something useful to the business owners and capitalism in neoliberal context.

Keywords: Work. Boss. Management. Managerial professional class. Neoliberalism.

¹ Doutorando em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP). Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: leonardo.moura.77@acad.espm.br

Introdução

Desde a fundação da economia moderna, a evolução dos modelos de trabalho passa pelo retrato das formações de classes sociais. Nos séculos XIX e XX, as classes evoluíram de categorias sociais antagônicas - operários e industriais ou trabalhadores e empresários - para outros tipos de representações que consideravam as possibilidades de ascensão social dos trabalhadores, criando uma camada intermediária entre empresários e subordinados. A primeira expressão destas camadas foi o cargo de liderança e autoridade na tradicional figura do *chefe*. Na sequência, outra representação se tornou emblemática de novas ideias e modelos de trabalho. O *manager* tornou-se a conceituação das demandas dos trabalhadores que iniciavam suas carreiras na segunda metade do século XX de forma mais personalizada, apaixonada, autônoma e flexível.

Enquanto o *chefe* expressava ainda as construções de um mundo moderno e liberal, o *manager* se tornava uma figura em ascensão cobiçada pelos trabalhadores e incorporada nos postos de trabalho oferecidos pelo empresariado. Neste artigo, discorreremos sobre a construção desta figura gerencial e de como ela expressa a racionalidade neoliberal. Demonstramos esta evolução e sua conceituação utilizando como fundamento teórico principal Boltanski e Chiapello (2009). Para identificar o capitalismo neoliberal desde a segunda metade do século XX a partir de uma visão crítica, e de como o *manager* se encaixa neste contexto, nos apoiamos em Dardot e Laval (2016) e Wendy Brown (2021). E, com base em Isleide Fontenelle (2017), iniciamos nossa análise pela demarcação do contexto político, social e econômico que inaugurou a modernidade e serviu de base para as crises sociais e estéticas do trabalho.

Pensamento econômico liberal

As trocas e o comércio entre as populações humanas existem desde os seus primórdios e muito antes da produção do pensamento econômico liberal. Mas a fundamentação deste pensamento, expressa nas ideias do economista escocês Adam Smith, é nosso ponto de partida para o que se estabeleceu como forma liberal de gerir mercados, economias e negócios. Publicada em 1776, sua obra *A Riqueza das Nações*, referência entre o pensamento clássico liberal (Dardot e Laval, 2016, p. 139), é uma das principais bases da economia moderna. Ainda que o conceito de *laissez-faire* (deixe fazer

- tradução própria) não possa ser estabelecido como diretamente derivado deste livro, cabe a Adam Smith o papel de seu principal promotor. Como é possível perceber pela semiologia do termo, o *laissez-faire* tem relação direta com a ideia do direito natural presente na filosofia do pensamento liberal, que significa que os indivíduos nascem e são livres e, por isso, devem ter uma autonomia inerente à sua natureza de conduzir a vida conforme seu desejo, suas potencialidades e suas propriedades (Ibid, p. 37). A derivação que Smith faz do termo é sua dimensão econômica. Smith (2016) entende que a liberdade econômica é aquela expressa e praticada pelos mercados, livres entre indivíduos e nações (p. 65). Oriundo de um mundo europeu-ocidental marcado pelas monarquias de poderes centrais, inclusive absolutistas, Smith propagava que a liberdade humana depende da liberdade comercial. Permitir um mercado livre para trocas entre sujeitos, famílias, estados e nações seria a melhor forma de fazer com que estes sujeitos vivessem suas vidas em seu potencial pleno de engrandecimento material, econômico e criativo, de forma que não só indivíduos, mas também famílias, estados e nações se beneficiassem e evoluíssem de modo proporcional (Ibidem).

A maneira com que se poderia regular um mercado livre é deixando-o o mais livre possível, de forma que a competição obrigaria aos sujeitos, empresas e famílias a conduzirem seu desenvolvimento econômico nos negócios em busca do melhor produto, serviço ou atendimento aos eventuais consumidores, numa espécie de darwinismo social para que a sociedade pudesse evoluir como um todo, deixando os fracos para trás (Brown, 2019, p. 47). A troca, pouco regulada, proporcionaria os caminhos por onde os negócios precisam ser limitados e conduzidos em sua potencialidade.

As ideias fundadas pela escola econômica de pensamento clássico liberal rapidamente se espalharam por um mundo em pleno crescimento populacional (Dardot e Laval, 2016, p. 30). Pelas navegações e demais meios de transporte, e também pela comunicação - diante do estabelecimento da imprensa, que revolucionou a propagação da produção escrita (Santaella, 2003) -, circulavam as ideias políticas, sociais e econômicas que fariam da Europa o berço do pensamento que embasou três grandes revoluções da modernidade: a Revolução Francesa - 1789-1799 -, que disseminou mundialmente as ideias políticas de igualdade e liberdade republicanas (Fontenelle, 2017, pos. 19); a Revolução Industrial - 1765 -, que permitiu a transição das economias agrárias e manufatureiras para produções mecanizadas e em escala (Ibidem); e a Guerra de Independência dos Estados Unidos - 1775-1783 -, que, ao romper com o sistema de

taxação feito pela Grã-Bretanha e não se sentirem representadas pela metrópole, as treze colônias ao norte do Novo Mundo formaram um país independente cujos governo e constituição iriam influenciar outras nações a buscarem sistemas de representação política e livre comércio a partir de uma sociedade pautada na produção de bens de maneira industrial e na formação do conceito amplo de consumo (Ibidem).

Estes três movimentos levaram a uma profusão de lutas a partir de questionamentos a sistemas de poderes percebidos como exploratórios das condições das colônias pelas metrópoles e dos cidadãos pelos seus governos. A Inglaterra teria seu modelo industrial propagado pelo mundo por influência de uma burguesia já socialmente estabelecida desde a Revolução Gloriosa² em 1688 como, também, por sua atuação global em busca da colonização de mercados para seus produtos. Mas seria a França o modelo de civilização ocidental moderna pela junção das ideias político-sociais liberais aplicadas de forma sucessória no país, governo a governo, desde a Revolução Francesa, somadas ainda a novos moldes econômicos pela implementação de sua própria revolução industrial à moda inglesa. Paris e Londres tornaram-se espelhos das cidades para as quais o mundo olhava e gostaria de ver-se como nação (Fontenelle, 2017, pos. 21). Juntas, refletiam o mundo moderno, que se desenvolvia pela cultura do consumo, que é a cultura do capitalismo (Ibid. pos. 10).

A crítica social a partir do estabelecimento da classe trabalhadora

A necessidade de se obter operários para a produção em escala nas fábricas espalhadas na Europa e nos Estados Unidos aumentou. Isso permitiu aos trabalhadores reconhecerem-se como classe merecedora de direitos. Em seu relato histórico sobre o estabelecimento da marca Louis Vuitton na Paris no século XIX, a jornalista Stephanie Bonvicini aponta que, nas fábricas das empresas de produtos usuais e de luxo que cresciam na França, adultos e crianças trabalhavam incessantemente por mais de 8 horas por dia (Bonvicini, 2023, p. 182), sem pausa para lazer. Apesar de não possuírem os meios de produção, os trabalhadores possuíam sua força de trabalho, da qual o empresário-industrial dependeria em massa para ampliar seus negócios. E tomaram consciência disso.

² A Revolução Gloriosa foi responsável pela queda do absolutismo na Inglaterra, transformando a monarquia inglesa numa monarquia constitucional e abrindo espaço para a ascensão burguesa.

Karl Marx morreu, em 14 de março de 1883, aos 64 anos [...]. Seu amigo Friedrich Engels se encarrega de publicar, no ano seguinte, postumamente, o segundo volume de *O capital*. Essa publicação inesperada causa grande comoção. "A Bíblia da classe trabalhadora", como diz o Congresso da Internacional, se tornara, desde o primeiro volume, o manual dos socialistas de todos os países que já conheciam Marx pelo Manifesto de 1848. Os jornais socialistas popularizaram suas teorias; durante uma greve geral, que eclode em Nova York e Chicago, trechos são disseminados na forma de panfletos para encorajar os operários à resistência. Estes últimos exigem a redução da jornada de trabalho. Eles elegem um dia de manifestações: escolhido será 1o. de maio, que logo se espalhará pelo resto do mundo. (Ibid, p. 164)

As exigências não pararam por aí. A formação do pensamento da classe operária tem sua expressão também nas lutas políticas da primeira metade do século XX, que, ao unirem forças com movimentos camponeses, culminaram nas revoluções Mexicana - 1910 -, Russa - 1917 - e Chinesa - 1949 -, sendo estas duas últimas bem-sucedidas ao estabelecerem estados-nação conduzido pelos revolucionários em sistemas de governo de bases comunistas. No entanto, em grande parte do mundo moderno, os modelos predominantes de governo passaram a combinar os ideais do pensamento econômico liberal com demandas político-partidárias que representavam, inclusive, sindicatos de classes trabalhadoras. O que chamamos de "crítica social" (Chiapello e Boltanski, 2009, p. 76) surgiu no mundo moderno em meio a modelos republicanos e democráticos diante de diferentes movimentos de tensões e inflexões sociais a fim de resolver os problemas das desigualdades, "desfazendo o jogo dos interesses individuais" (Ibidem).

O fim da Segunda Grande Guerra ainda colocou em evidência global o modelo político-social estadunidense, pautado historicamente pela menor intervenção possível do Estado na vida do sujeito. Nesta época, diante de um crescimento acelerado global de cidades, empresas e negócios, indivíduos que ocupavam postos de trabalho em maior ou menor nível hierárquico populavam também casas, prédios e bairros, e constituíam famílias que, mesmo após os solavancos das crises econômicas, aumentaram de tamanho, fazendo com que esta geração do pós-guerra, nascida entre 1947 e 1963, fosse denominada *baby boomer*³.

Podemos, portanto, pensar o mundo moderno, neste momento, dividido entre: a classe de empresários, burguesa, detentora do capital e dos meios de produção, conforme

³ Geração X, millennials, babyboomer: entenda o significado dos termos, Disponível em: <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2023/05/28/geracao-x-millennials-babyboomer-entenda-o-significado-dos-termos.ghtml>. Acesso: 27 de mai. 2024.

Marx as enxergava; e as classes operárias, trabalhadoras. Poderíamos, ainda, delimitar os espectros partidários entre movimentos reconhecidos como de direita e esquerda entre aqueles alinhados aos donos do capital (direita) e aos donos da força de trabalho (esquerda). Isso conduziria a história para um ciclo de tensões entre classes e visões políticas antagônicas nas quais os indivíduos se reconheceriam. Porém, a segunda metade do século XX demonstraria que estas categorias classificatórias entrariam em crise em função da ascensão do ideal do indivíduo em detrimento do social. A expressão de um emergente "verdadeiro eu" (Fontenelle, 2017, pos. 25) se sobreporia à verdade das classes sociais.

O chefe

A especialização do trabalho na segunda metade do século XX gerou camadas que tornariam mais complexa a divisão social simplista entre trabalhadores e empresários. Entre aqueles que não representavam o capital e também não representavam a base operária, mas dela se originaram, estava a classe gerencial, uma categoria que não era necessariamente nova, mas que ampliou sua presença no imaginário do trabalhador e nos postos de trabalho disponíveis. Representantes diretos das diretrizes do empresariado e responsáveis pela condução trabalhista de forma hierárquica, os sujeitos que compunham esta classe eram costumeiramente oriundos das classes operárias que ascenderam a cargos de gerência, direção e até mesmo vice-presidência, formando uma espécie de junção da classe média social com a classe média trabalhista.

A elevação do nível de vida dos operários depois do pós-guerra, seu acesso ao consumo de certos bens, tais como automóvel ou televisão, a melhoria do conforto das habitações, assim como o decréscimo regular do efetivo operário a partir de 1975, tudo isso abriu caminho para a teoria da absorção de todas as classes (da classe operária em particular) por uma ampla classe média. [...] Pierre Rosanvallon (1995) esforça-se por mostrar que as classes se diluíram, e que a sociedade passou a se constituir apenas de uma coleção de indivíduos que já não podem ser agregados em classes ou que pertencem todos à mesma classe média. (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 317)

Este sujeito ascendia focado em si, sua carreira, sua família, seus ganhos e sua vida, encarnando o ideal liberal de maneira filosófica e econômica, a ponto de ter borrado as classificações tradicionais de classe (Dardot e Laval, 2016, p. 22). De maneira

resumida, podemos chamá-lo de *chefe* ou, no linguajar corporativo, *gestor*. E, como veremos na evolução da acepção no termo de maneira a incorporar a literatura das escolas de negócios que expandiram na segunda metade do século XX, quanto mais especializada for a sua função e mais sofisticada for a sua educação, a nomenclatura *chefe* evoluirá para *manager* (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 108). Ainda que os donos do capital tenham poder de chefia, nos interessa aqui destacar esta camada de gestão como nível intermediário entre empresariado e trabalhadores, pois, “em comparação com a classe operária, os trabalhadores da classe média estão em posição de comando ou, pelo menos, de autoridade. (Ehrenreich, 1989, p. 149)”.

O modelo usual de gestão de recursos humanos destacava que a ocupação-alvo para os que queriam ser bem-sucedidos estaria em grandes cargos nas empresas. Esta ascensão individual estaria ao alcance de todos mas, devido a mérito e competência individuais, poucos alcançavam. A ideia de uma competição de todos contra todos em empresas, indústrias e corporações por cargos de chefia, abrindo mão da união pelas representações de classe, cargos ou função, foi, desde então, incorporada substancialmente ao cotidiano corporativo. Mas as benesses oferecidas à chefia não dariam conta de novas aspirações de grandeza individual, que estavam muito além do “grande número de secretárias, elevador e restaurante privativos, salas suntuosas (Ehrenreich, 1989, p. 107)”. A crise trabalhista, que foi social e baseada nos antagonismos entre empresários e trabalhadores, tornava-se estética e calcada na visão que o indivíduo tinha de si para além dos tradicionais emblemas hierárquicos corporativos. A representação de si no trabalho, do “verdadeiro eu” (Fontenelle, 2017, pos. 25), se sobreporia à representação de classe, sejam entre as baixas, ou mesmo nas posições hierárquicas de chefia ou gestor.

A crítica estética a partir do estabelecimento da classe gerencial

Vimos que a nova classe trabalhadora, historicamente composta por sujeitos com diferentes experiências de vida, identidades e subjetividades, não estava totalmente identificada com modelos representativos de sindicatos ou partidos de esquerda cuja expressão se limitasse à união pela força de trabalho. E a figura tradicional de chefe também não capturaria mais de maneira suficiente os desejos dos trabalhadores em ascensão. Nesta segunda metade do século XX, outras necessidades de representação

política emergiram com base, principalmente, nas lutas políticas e sociais a partir de identidades de gênero, raça e orientação sexual que surgiram nos campi universitários em movimentos juvenis.

A crítica coletiva, que antes tinha sua expressão político-social contra a desigualdade econômica (Ehrenreich, 1989, p. 41), agora, tornava-se uma crítica originada nos ideais de realização pessoal de cada indivíduo. Esta necessidade de olhar para si antes de olhar para o grupo passou a moldar escolhas de carreira que foram além das tradicionais ocupações em posições entre a massa trabalhadora, seja na base ou na gestão. Isso ocorreu por conta da crescente formação universitária de indivíduos em conhecimentos específicos, alinhados às suas vocações e paixões, o que fez com que buscassem trabalho nos quais pudessem exercer e expressar este conhecimento adquirido. Boltanski e Chiapello (2009) reúnem apontamentos de diferentes autores que complementam esta visão:

As formas de expressão dessa crítica [estética] serão frequentemente inspiradas no repertório da festa e do jogo (Épistémon, 1968), da "liberdade de expressão" (de Certeau, 1968) e do surrealismo (Willener, 1970). É interpretada pelos comentadores como "irrupção da juventude" (E. Morin), expressão "de um desejo de viver, exprimir-se e ser livre" (J.-M. Domenach citado em Bénétou, Touchard, 1970), "exigência espiritual" (Clavel), "rejeição à autoridade" (Mendel), contestação da família burguesa e, de modo mais geral, de formas domésticas de subordinação. (p. 201)

As tradicionais representações sociais de empresariado, chefia e classe operária não acomodariam mais as identidades destes sujeitos, que ascendiam com novas formações e desejos. Em síntese, a paixão pela carreira, que passava a refletir a paixão do indivíduo antes por si do que pelo grupo, demandaria que se pudesse investir também passionalmente no trabalho. Em vez dos signos de status dos cargos de chefia, as demandas, agora, eram por criatividade e projetos interessantes (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 332).

Dedicação, ambição, carisma, propósito, responsabilidade corporativa, ecológica e, ainda, social: todos estes elementos tornaram-se expressão do desejo da nova classe trabalhadora que mira o posto de *manager*. Estes novos gestores reivindicavam autonomia e flexibilidade (Ibid, p. 229), sem abrir mão da responsabilidade. Transitavam bem, como ainda transitam, por aquilo que Dardot e Laval (2016) chamam de "sociedade de risco" (p. 213), pois este sujeito exerce e confia em sua autorregulação. Estão

subordinados aos resultados, e não à autoridade hierárquica pura e simplesmente. Os jovens, que foram rebeldes nos campi universitários das décadas de 1960 e 1970, eram agora rebeldes em suas ocupações de trabalho, porém, em prol da empresa. Mais valia a entrega final do que a norma usual para atingi-la. O produto de sua atuação passou a ser a expressão de sua visão pessoal de mundo aplicada aos negócios.

O *manager* é uma materialidade da *classe profissional gerencial*, conceito da jornalista e ativista estadunidense Barbara Ehrenreich (1989) para identificar profissionais de alto nível educacional e social que, em vez de produzir, supervisionam produções. Entre demais autores que aproveitam seu conceito⁴, utiliza-se a sigla PMC (*professional managerial class*). Entre as primeiras representações da PMC, estão *yuppies* nas décadas de 1970, 1980 e 1990, que romperam com os padrões processuais dos antigos chefes. Segundo a autora, "eles eram modelos, não de sua geração, mas da classe a que pertenciam: a mesma classe média assalariada que produziu os estudantes rebeldes (Ehrenreich, 1989, p. 234)". A rebeldia *yuppie* evoluiu junto com as demandas do consumidor que precisam atender, o espírito do tempo que precisavam traduzir para os negócios e as noções de carreira que começaram na formação acadêmica e se perpetuaram no ideal de aprendizado contínuo. Ainda hoje, a PMC segue com ideias progressistas, à frente do seu tempo, a serviço do capital e das empresas, que julga terem papel crucial entre as evoluções e ajustes exigidas pela sociedade.

O fetiche acadêmico pela transgressão das “normas” [...] tornou-se numa estratégia “progressista” da elite da PMC para ganhar a atenção dos meios de comunicação social. Com a ajuda de fundações privadas que são incansáveis na promoção da sua agenda anti-trabalhador e anti-acadêmica de liberdade, os empresários acadêmicos de hoje estão a usar causas sociais para promover as suas próprias agendas. (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 453)

A figura do *manager* uniu, então, as camadas hierárquicas trabalhistas de autoridade à expressão individual demandada pelos novos trabalhadores. Se antes as paixões deveriam ser deixadas em casa, nos clubes, nos hobbies ou no espectro familiar, a partir da década de 1970, elas deveriam ser trazidas para o trabalho. Isso acontece ante um novo cenário econômico liberal difundido mundialmente: o neoliberalismo (Dardot e Laval, 2016, p. 139), razão até hoje do capitalismo, que desviou os homens da conduta e

⁴ Entre autores que utilizam o conceito de *professional managerial class* e a sigla PMC em seus textos, estão Boltanski e Chiapello (2009).

construção em modelos sociais com enfoques coletivos para embutir em cada indivíduo um ideal de ascensão social e econômica por si, num ambiente de concorrência de todos contra todos (Ibid, p. 17). Na década de 1980, o então presidente estadunidense Ronald Reagan e a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher tornaram-se bastiões de políticas neoliberais (Ibid., p. 15).

Cartilhas das escolas econômicas do austríaco Friedrich Hayek e do estadunidense Milton Friedman foram intensificadas nos Estados Unidos e no Reino Unido, reduzindo os direitos trabalhistas e desvalorizando a mediação social como um espaço democrático para o debate entre classes e para a aquisição e negociação de direitos. Esta nova razão em que cada um é por si, por necessidade e paixão, acabou por intensificar desde então o aumento das diferenças entre os ricos e pobres mundialmente (Brown, 2021, p. 79).

Foi neste contexto de mundo que o empresariado se apropriou do desejo de autonomia e flexibilidade das classes trabalhadoras, expresso na figura do *manager*, e passou a usar isso a seu favor (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 447). As exigências em termos de resultados continuariam as mesmas, porém com um incremento: a partir desta nova demanda, era o indivíduo que deveria impor mais esforços, procurar seus próprios caminhos para os resultados e criar perspectivas de carreira dentro e fora da empresa, desenvolvendo capacidade de reinventar-se diante de novos modelos econômicos, corporativos e sociais que foram ajustados para atendê-lo. Estaria em cada *manager* a responsabilidade de apresentar soluções para os novos tempos, para si e para os negócios a partir de uma visão de mundo autônoma, criativa e, em muitos casos, progressista. E estaria disposta para cada indivíduo a possibilidade de lutar pela ascensão social via trabalho diante dos postos de liderança disponíveis.

É possível dizer, portanto, que, enquanto a figura dos *chefes* contemplavam um modelo de mundo econômico ainda dentro das premissas tradicionais da construção do capital numa sociedade liberal moderna, a figura do *manager* incorpora a razão neoliberal de uma competição num mundo pós-moderno, com fronteiras e funções menos rígidas, em que a concorrência estimula e permite que as rédeas encurtadas da seguridade social deem a cada um projetos para os quais trabalhe, seja de maneira formal ou informal numa economia em que todos competem contra todos.

Esses princípios tornaram-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo economicus*, transformando-o de um sujeito da troca e satisfação (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo). (Brown, 2021, p. 31)

Normalizar esta situação é a principal vitória da atual racionalidade neoliberal, ou seja, seu caráter foucaultiano, em que as estruturas de poder já não precisam se impor diante da identificação daqueles que a ela estão subordinados. Afinal, este contexto já é normalizado entre toda a classe trabalhadora, ainda que não se reconheça mais como classe. Melhor dizendo, esta razão é normalizada pelo conjunto de trabalhadores em geral, em que cada um está no mundo por si e é mérito ou fracasso de cada um sua trajetória econômica, já que a visão das entidades sociais de classe e partidárias se esvai. Membros da classe trabalhadora já não se enxergam mais como classe disposta a exigir mudanças sociais que as beneficiem e passam a abrir mão da representação de classe ao idealizarem um trabalho autônomo, criativo, flexível e que, dentro das possibilidades apresentadas pelos mercados, possibilite que ascendam por mérito próprio, competindo uns com os outros. É preciso se buscar um trabalho com o qual a identificação e a realização estejam perto da plenitude. Certamente, isto pode estar em postos gerenciais de trabalho. Estaria pouco nas bases operárias.

Considerações finais

O liberalismo se espalhou pelo mundo moderno a partir do século XIX com base em ideais civilizatórios eurocêntricos, tendo a França e a Inglaterra como nações de grande influência de modelos sociais, políticos e econômicos. Entre as tensões e lutas de classe que se aceleraram na passagem para o século XX, a crítica social teve papel-chave para a conquista de direitos trabalhistas e a diminuição das diferenças de renda e de estilos de vida entre o empresariado e os operários dentro das possibilidades. Com a ascensão social da classe trabalhadora no século XX, o *chefe* tornou-se a figura moderna representante dos postos de ocupação com autoridade hierárquica e melhores remunerações. Podemos dizer que o *chefe* é uma figura característica do mundo moderno e do tradicional liberalismo.

O *manager* surge como representante pós-moderno da chefia. Ele está ligado a uma nova racionalidade que rege o mundo para além da esfera econômica: a razão

neoliberal. Produto de uma crise estética aprofundada a partir da segunda metade do século XX, a identidade do *manager* se sobrepõe à identidade da classe trabalhadora. Apesar disso, podemos conceitualmente caracterizar o *manager* como uma representação de classe com base nos autores que utilizamos: uma classe adaptada às personalizações individuais. O que estes indivíduos têm em comum são não só altas remunerações e benefícios como, também, a flexibilidade de poder exercer seu tempo e sua visão de mundo em função dos negócios.

Na segunda metade do século XX, a figura do *manager* rapidamente se espalhou pela base de trabalhadores com diplomas universitários e a classe média em geral, fazendo com que o sonho de boa parte da juventude que adentrava no mercado de trabalho fosse ocupar cargos gerenciais nos quais pudesse trabalhar de forma apaixonada, unindo ideais pessoais e de renda. A origem e o produto disso são o enfraquecimento dos laços sociais dos trabalhadores por representatividade e engajamento. Unir trabalho, criatividade e personalidade passou a ser um sonho que, ainda hoje, é perseguido por todos. Porém, ainda que aqueles que ocuparam cargos gerenciais de prestígio e recompensas na atualidade se beneficiem dos ganhos a partir da crise estética do trabalho, é preciso reconhecer, como apontam os autores que nos serviram de base para este artigo, que os maiores beneficiados foram, sobretudo, os donos do capital. O empresariado ampliou suas formas de controle sobre a classe gerencial com foco em resultados e sobre a classe trabalhadora, que, agora, acumula o sonho de poder, por mérito, alcançar novos postos com autonomia, flexibilidade e personalidade.

Referências

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BONVICINI, Stephanie. **Louis Vuitton: uma saga**. Porto Alegre: L&PM, 2023

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

EHRENREICH, Barbara. **O medo da queda: ascensão e crise da classe média**. São Paulo: Scritta, 1989.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **Cultura do consumo:** fundamentos e formas contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Da cultura das mídias à cibercultura:** o advento do pós-humano. Revista FAMECOS, Porto Alegre: n. 22, dez. 2003.

SMITH, Adam; AGUIAR. **A riqueza das nações.** 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. 2.v. (Textos Clássicos).